

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUÇÃO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS EM ITAIPULÂNDIA - PR: CONSCIÊNCIA OU ALIENAÇÃO?¹

Janice Carina Groth², Marta Chaves³

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo inicial sobre a implantação de Políticas Públicas para a Coleta Seletiva Solidária no Município de Itaipulândia, no Estado do Paraná, para a redução dos passivos ambientais. Somado a isto destacamos uma reflexão que apresentamos sobre os limites e possibilidades de uma educação crítica ambiental neste cenário de máximo desenvolvimento do capitalismo em que contraditoriamente convivem a opulência e a miséria.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Capitalismo; Passivos Ambientais.

PUBLIC POLICIES FOR REDUCING ENVIRONMENTAL LIABILITIES IN ITAIPULÂNDIA - PR: AWARENESS OR SALE?

ABSTRACT: The aim of this paper is to present an initial study on the implementation of Public Policies for Waste Recycling Partnership in the City of Itaipulândia, State of Paraná, for reduction of environmental liabilities. Added to this we emphasize that we present a reflection on the limits and possibilities for environmental education in this critical stage of maximum development of capitalism in which paradoxically coexist opulence and misery.

KEYWORDS: Public Policy; Capitalism; Environmental Liabilities.

INTRODUÇÃO

Atualmente diversos segmentos da sociedade anunciam um conjunto de medidas em favor do meio ambiente. Objetivamente se formos analisar para além do que é anunciado na mídia, perceberemos que os próprios dados informam que as ações não são de fato significativas. Vale questionar então: o que move esta contradição, onde ora propaga-se a defesa do meio ambiente e, noutro momento, exalta-se o consumo desenfreado nesta sociedade? A propagação da consciência ambiental é para legitimar a idéia de responsabilidade coletiva ou se confirma a idéia da responsabilidade individual e, por tanto, cabe a “cada um fazer a sua parte”? Intencionamos discutir qual a contribuição das instituições educativas formais, em favor de uma reflexão que coloque em questão a dinâmica da sociedade capitalista, suas regras e seus valores? Estas indagações é que motivam a elaboração deste estudo.

Nas últimas décadas constata-se um intenso processo de desenvolvimento do modelo capitalista. Contrastando com este crescimento das economias tem-se a miséria absoluta para milhões de habitantes do Planeta que se pretende verde, defensor das puras águas, preservador de florestas e animais em extinção. O que se almeja é também refletir sobre o fato de que “1 criança com menos de 5 anos morre a cada 20 segundos, por causa da falta de água

¹ Contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista/evento.

² Pedagoga, Coordenadora Pedagógica e Gestora de Educação Ambiental da Prefeitura Municipal de Itaipulândia-PR, janigroth@hotmail.com.

³ Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá-PR, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, mchaves@wnet.com.br.

limpa no mundo, conforme a ONU, o equivalente a 1,8 milhões de mortes por ano” (NÚMEROS, 2010).

Neste quadro um elemento prioritário que temos para pensar é o fato do desenvolvimento tecnológico, como nunca antes visto, conviver com tamanha contradição. De um lado a opulência que pode ser objetivada e de outro a miséria. Como conscientizar para a preservação do ambiente e da vida com tamanho antagonismo? Consideramos que um dos elementos que favorece a indiferença de milhões de pessoas sobre esta questão, por exemplo, são as estratégias que favorecem a alienação, ou seja, a não compreensão das relações e contradições que se estabelecem na dinâmica da sociedade capitalista. Sobre esta questão Mézáros (2003, p. 19) escreve:

o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só consegue administrar medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue superar definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital, não importado o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la.

Este autor cita um conjunto de contradições, dentre as quais podemos destacar: o “impulso de economizar recursos materiais e humanos combinado ao absurdo do desperdício deles; crescimento da produção a todos e a concomitante destruição ambiental” (MÉSZÁROS, 2003, p. 20). O consumo excessivo de produtos industrializados e tóxicos, que possuem baixa durabilidade, o que acarreta descartes cada vez mais freqüentes é uma das práticas comuns do mercado. De um lado a produção, o incentivo ao consumo e em igual proporção a destruição da vida humana, ocasionada ora pela miséria que se expressa na morte de milhões de crianças, ora pela destruição do próprio Planeta.

A alta produção de resíduos sólidos, ou seja, dos restos das atividades humanas, consideradas pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, não tem afetado somente a forma física do meio ambiente, mas também alteram a forma social da humanidade: fome, miséria e exclusão – que são próprias dessa sociedade. Levando em consideração a forma de produção das mercadorias, nota-se o grande desperdício de materiais naturais. E o mais agravante são os resíduos deixados com essa produção (poluição e envenenamento da biosfera). Sobre esta questão Zanetti e Sá (2002, p. 1) afirmam que:

[...] a apropriação privada dos recursos naturais, guiada pela lógica capitalista do lucro, com seus ritmos produtivos artificiais lineares e em aceleração crescente, é o fator responsável pela crise ambiental e pela grande quantidade de lixo gerado na produção e no consumo.

Neste cenário vê-se atualmente uma mobilização em prol do meio ambiente. A questão ambiental tornou-se um tema amplamente debatido em todos os meios, no Brasil e em outros países. No entanto, são justamente os produtores dos maiores resíduos que se negam a diminuir tanto consumo. Pois, os capitalistas não podem parar se não os seus negócios afundam, com isto seu entendimento de preservação ao meio fica divulgada, mas a população que recicle, afinal seu lucro vem justamente com o consumo exacerbado.

Assim, nesta primeira década do século XXI a degradação do meio ambiente está tomando proporções alarmantes para a permanência da vida no chamado Planeta Terra. Apenas para exemplificar, os aterros do Brasil já não conseguem absorver tanto lixo e nossos rios e represas estão cada vez mais contaminados. Conseqüentemente, vêem-se a proliferação epidemias, doenças contagiosas que se alega não ser possível identificar as causas geradoras.

Neste contexto e numa tentativa de implantar uma política diferenciada sobre a questão do meio ambiente, a Administração Pública de Itaipulândia (PR), vem buscando maneiras de minimizar os efeitos causados por tantos desgastes da natureza. Procura-se implementar no Município uma proposta de educação ambiental na comunidade, a partir da qual objetivamos com estratégias didáticas contribuir para que os educandos sejam instrumentalizados no sentido de – ainda que em condições mínimas – compreender que a consciência ambiental é antes de tudo uma consciência ética e política acerca dos direitos de todos os homens a uma vida plena e digna. Um árduo exercício em favor da superação da alienação imposta – sobretudo – à classe trabalhadora. De acordo com Markus (apud DUARTE, 1992, p. 58),

a alienação nada mais é do que uma ruptura na qual a evolução da humanidade se destaca da evolução do indivíduo, na qual o efeito – que modifica e desenvolve o homem – da atividade humana, apresenta-se apenas como relação social global, mas não como elemento capaz de provocar a formação do indivíduo, o desenvolvimento da personalidade e de sua atividade. Logo, a alienação é – no sentido marxista dessas noções – a ruptura, a contradição entre a essência e a existência do homem.

Com atenção a este postulado da Ciência da História, consideramos necessária a tomada de decisões que busquem levar os homens à consciência sobre suas ações e o que esta implícita nas mesmas. De igual forma, pretende-se destacar a importância do trabalho ambiental em conjunto com as Políticas Públicas, desde que esta não esteja prioritariamente a serviço do capital. Para realização deste estudo procuramos nos apoiar nas elaborações da Ciência da História, tendo sua principal referência Karl Marx (1818-1883), para isto nos valem das produções de estudiosos como Mészáros (2003), Gramsci (1995), Markus (1974), Duarte (1992), Zaneti e Sá (2002).

MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos, Leis, etc.) e observação participativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada nos apresentou elementos que puderam ser confirmados com a realização da observação participativa das ações ambientais que ocorrem no Município. Não desconsideramos as dificuldades que se apresentaram para a implantação da política de educação ambiental, com vistas à crítica que se fazia necessária. Isto por se tratar de uma implantação realizada no seio de uma instituição amparada pelo Estado que por tradição não necessariamente favorece a crítica contundente efetiva à organização e valores capitalistas.

Nota-se o mérito me favor da conscientização, isto porque o homem por si só não consegue desenvolver a atividade vital consciente, pois a atividade consciente nesta sociedade está posta como meio de sua existência sendo desta forma alienada. O pesquisador brasileiro Newton Duarte, apoiando-se nos escritos da Ciência da História, retoma Marx (apud DUARTE, 1992, p. 85-86),

o animal identifica-se imediatamente com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É a sua própria atividade. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui atividade vital consciente. Ela não é uma determinação com a qual ele imediatamente coincide. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade

vital dos animais. Só por esta razão é que ele é um ser genérico. Ou melhor, só é um ser consciente, quer dizer, a sua vida constitui para ele um objeto, porque é um ser genérico. Unicamente por isso é que sua atividade surge como atividade livre. O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser consciente [a tradução mais próxima do original (Marx (1990:80) seria “porque ele é um ser consciente” (“weil er ein bewusstes wesen ist”) – N. D.], transforma a sua atividade vital, o seu ser [ou essência –N. D.], em simples meio da sua existência”. (grifos ao original).

Duarte (1992, p. 86) pontua nesta passagem dois elementos da questão: se de um lado a atividade consciente distingue o homem dos outros animais, por outro pode se tornar uma atividade alienada, isto é, “[...] que ela deixe de ser o que caracteriza a especificidade do ser humano, para se transformar, para o indivíduo, em simples meio da sua existência física”.

Assim, é preciso lembrar que o homem sem mediação não entenderá o cuidado com o meio de apenas ouvir falar, mas esta deve ser uma ação coletiva, onde o sistema busca a resolução dos problemas ambientais; caso contrário estaremos alienando ainda mais os indivíduos a pensar que eles sozinhos são responsáveis pela degradação do meio ambiente e acabarão por não entender a relação do capital com o meio.

Dessa forma, a degradação do meio ambiente está atingindo proporções ameaçadoras para nossa sobrevivência no planeta, pois nossos Rios (Rio Ocoí, Rio São João, Córrego Lajeado, Córrego Arroio Natal e Sanga Apólo), a cada dia precisam de mais manutenção, da mesma forma, o aterro municipal não consegue absorver a totalidade do lixo.

Nesse contexto, uma das mais sérias ameaças ao planeta são os resíduos sólidos (lixo). Já que a produção de lixo cresce progressivamente, com o desenvolvimento cada vez maior do consumo e com os materiais sendo produzidos de forma cada vez mais descartável. A maior parte desses resíduos é lançada céu aberto (vazadouros), o que evidencia um grande desperdício de matéria-prima e de energia, gerando, em decorrência deste fato uma grave degradação ambiental. No Brasil estas ações humanas são resultantes de vários motivos: a falta de informação sobre como proceder com os materiais; o descaso do sistema público com a coleta seletiva dos dejetos sólidos; o destino puramente comercial desses produtos; e por fim, porém não menos relevante, o sistema consumista que produz cada vez mais embalagens para um só produto.

A consequência deste consumo desenfreado e irresponsável é perceptível na anormalidade dos fenômenos ambientais (chuvas em excesso, secas prolongadas, dentre outros). Não devemos manter a discussão no plano do senso comum, onde delega-se ao Planeta o ônus de reequilibrar-se de acordo com as leis do mercado e, por outro lado, somente a conscientização dos indivíduos para com a separação do lixo é capaz de resolver as demandas sócio-ambientais. Deve-se instigar a pesquisa quanto ao se pode fazer para mudar uma estrutura social que visa o lucro acima de qualquer bem social.

Consideramos que a responsabilidade de cada cidadão para com o bem coletivo é de suma importância, no entanto, não serão medidas unicamente na esfera individual que trarão resultados determinantes. Temos aqui uma preocupação, qual seja, instrumentalizar a população para ficar atenta à maneira como a publicidade e a mídia promovem a divulgação de produtos, para não sermos manipulados pelo sistema capitalista e continuarmos assumindo a condição agentes da nossa própria destruição.

Além das questões estruturais de nossa sociedade, apresentadas anteriormente, a legislação é incontroversa, nos termos da Lei nº 11.445/07, ao prever que é garantido o “abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente” (BRASIL, 2007). Buscando atribuir efetividade à letra da norma, o Poder Público Municipal de Itaipulândia tem desenvolvido ações no sentido de atender às exigências legais.

Ponderamos a dificuldade que está implícita na mudança de pensamentos e atitudes para adquirir-se uma consciência crítica. Aqui lembramos a lição de Gramsci (1995, p. 12):

É preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção de mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente externo, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...] ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitando exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade.

Fundamental que aprendamos com a lição deste autor e neste sentido, fortalecer a consciência crítica. Neste sentido devemos destacar a visão presente atualmente a respeito da coleta dos resíduos sólidos. A nomenclatura mais utilizada é “Coleta Seletiva Solidária” entendida como um processo de “coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis” (BRASIL, 2006). Busca-se com este Programa sensibilizar a comunidade para com o Planeta, mostrando os efeitos causados pelo lixo no meio ambiente além de promover a solidariedade e uma ação na efetivação na coleta do material.

A Coleta Seletiva de Lixo é um processo educacional, social e ambiental que se baseia no recolhimento de materiais potencialmente recicláveis (papéis, plásticos, vidros, metais, etc.) previamente separados na origem. Esses materiais, após seu beneficiamento-enfardamento e acúmulo para comercialização, são vendidos às indústrias recicladoras, que os transformam em novos materiais. A reciclagem é parte do processo de reaproveitamento do lixo, protegendo o meio ambiente e a saúde da população.

Destacamos que, uma ação inicialmente voltada à tomada de consciência ambiental através da reutilização de materiais, adquiriu uma conotação consumista, onde o mercado oferta produtos reciclados, ou ecologicamente corretos, a um preço superior aos demais, sob a alegação de que a empresa produtora é ambientalmente responsável.

Vêm-se aqui vários fatores que merecem destaque, como a Coleta seletiva enquanto processo educacional, social e ambiental, e realmente apresenta-se como tal, porém, não promove uma visão crítica de ser humano, mas ao contrário busca uma visão puramente autoritária do que e como fazer no sistema capitalista.

Dessa forma, se obtém os “frutos” desejados sem nenhuma “perda”. Além disso, em nada se avançou no sentido de abordar a conduta enquanto um processo político; destacamos, oportunamente, que o processo de reutilização traz benefícios ao reduzir o consumo de matéria-prima, mas a intencionalidade que norteia a conduta é pautada exclusivamente no lucro, ou seja, o capital encontra na bandeira da ecologia uma fonte de recursos, renovando sua lógica de consumo e obtenção de lucro às custas da degradação, não apenas do meio ambiente mas dos seres humanos.

Desta forma Gramsci destaca que:

É uma ilusão, um erro, supor que o ‘melhoramento’ ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é ‘individual’, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das relações externas, desde as com a natureza e com os outros homens – em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive – ate a relação máxima, que abraça todo o gênero humano (GRAMSCI apud DUARTE, 1992, p. 61-62).

A partir da lição do autor e do que fora discutido neste trabalho, temos a síntese de que apresenta-se enquanto “ilusão” a máxima de que o homem, por si só, faria o melhoramento ético de suas ações, razão pela qual devemos implementar trabalhos com as crianças e todos os outros educandos, voltados à tomada de consciência sobre o seu papel na sociedade de agentes transformadores da realidade na qual estão inseridos, onde a educação ambiental é decorrente lógico de uma educação que liberta e apropria-se das máximas elaborações humanas.

CONCLUSÃO

Ao propor-se um trabalho sobre a implementação de Políticas Públicas para redução dos passivos ambientais no Município de Itaipulândia, buscou-se verificar se elas não configuram-se enquanto mais um instrumento da lógica capitalista. No curso de nossa análise podemos concluir que, mesmo possuindo limitações, o projeto vem buscando estratégias para superação de determinadas condutas e valores afetos ao sistema capitalista, propondo a superação da lógica do capital para construção de um modelo social em benefício do ser humano e do planeta.

O presente estudo, ainda que inicial, conseguiu aferir que o Município tem buscado solucionar os problemas ambientais unindo duas esferas da Administração: meio ambiente e educação. Proposta que tem obtido êxito no trabalho de preservação e recuperação do meio ambiente, onde o trabalho dos profissionais que realizam a proteção e limpeza dos rios, córregos e sangas atribui efetividade às políticas públicas.

Cumpramos ressaltar, ainda, que as soluções ambientais no gerenciamento dos resíduos sólidos apresentam avanços consideráveis. Entretanto, ainda persiste o fenômeno de atribuir “culpa” e “responsabilidade” aos indivíduos de forma isolada do contexto econômico que norteia todas as relações sociais, onde o consumo exacerbado e desenfreado é uma prática enaltecida pelos meios que promovem o capital e seus interesses.

Ressaltamos que com as intervenções em diferentes espaços tem desenvolvido uma consciência em favor do bem comum. Nota-se a intencionalidade por mudanças ainda que em patamares frágeis, mas indicativos de uma retomada de respeito para com o coletivo. Temos claro não ser uma tarefa fácil, mas acreditamos na positividade da educação ambiental e nos desafios propostos e implementados pelo Município.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos Pais que lutaram dignamente contra todas as brutalidades desse sistema e a todos que contribuíram para nossa formação. Mérito que atribuímos aos nossos pais e mestres em nosso privilégio de estudar numa sociedade que não alimenta nem educa milhões de crianças. E, para elas, as crianças, lutamos por uma sociedade de fato JUSTA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 5.940/06, de 25 de outubro de 2006. *Institui a coleta no âmbito da Administração Pública Federal*. Brasília, DF, DOU 25 out. 2006. Disponível em: http://www.furnas.com.br/arcs/pdf/ColetaSeletiva/DECRETO_5940.pdf.

_____. Lei n. 11.445/07, de 05 de janeiro de 2007. *Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico*. Brasília, DF, DOU 25 jan. 2007. Disponível em: http://www.recicla.ccb.ufsc.br/Doc/Lei_05012007.pdf.

DUARTE, N. *A formação do indivíduo e a objetivação do gênero humano* (categorias iniciais de uma reflexão sobre o processo de formação do indivíduo numa perspectiva histórico-social). Campinas – SP: Tese de Doutorado, 1992.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 10. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.

MÉSZÁROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

NÚMEROS; *Veja*, São Paulo: Abril, ano 43, n. 13, p. 55, 31 mar. 2010.

PEREIRA, J. (org.). *GEDAM: Curso de coleta seletiva*. Disponível em: www.conscienciaeco.com.br/pagina/ccs/modulo1cs.doc Acesso em 02 de fev. 2010.

ZANETI, I. C. B. B; SÁ, L. M. *Educação ambiental como instrumento de mudança na concepção de gestão dos resíduos sólidos domiciliares e na preservação do meio ambiente*, 2002. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Zaneti%20-%20Mourao.pdf. Acesso em: 22 fev. de 2010.